

Situação:

A fragmentação partidária no Brasil

Sérgio José Custódio

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2954>

Submetido em: 2021-09-14

Postado em: 2021-10-04 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTICLE

**FRAGMENTATION IN THE BRAZILIAN PARTY SYSTEM: FROM THE
CENTRAL PARTY TO REAL PARTIES.**

ARTIGO

**A FRAGMENTAÇÃO NO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO: DO
PARTIDO DE CENTRO AOS PARTIDOS REAIS.**

SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9019-8564>

Resumo: O artigo revisita a produção de Lucia Hippolito (1985) sobre o sistema partidário brasileiro de 1945 a 1965 com dois objetivos: 1) explorar as relações teóricas com a obra de Giovanni Sartori (1982[1976]); 2) identificar possíveis relações que avancem a discussão teórica sobre partidos e sistema partidário no Brasil atual. O confronto direto entre os dois autores expõe limites da análise do sistema político brasileiro de 1945-1965 nos termos da centralidade do PSD, vista por distintos ângulos, como a expectativa de poder do partido de centro em torno das eleições presidenciais, a longevidade do PSD à frente da presidência da Câmara no período, a presença importante dos partidos pequenos no sistema, as coalizões, a história, a dimensão estrutural. Dessa imersão emerge a hipótese da relevância da percepção do sistema partidário brasileiro atual como uma formação com número razoável de partidos reais, um sistema de matriz fragmentária permanente, sem partidos majoritários em posição de centro, cujo centro e a estabilidade dependem de coalizões partidárias sintonizadas com a cidadania plena no país.

Palavras-chave: Fragmentação partidária; partido de centro; partidos reais; coalizões.

Abstract: The article revisits the work of Lucia Hippolito (1985) on the Brazilian party system from 1945 to 1965 with two objectives: 1) to explore the theoretical relationships with the work of Giovanni Sartori (1982[1976]); 2) identify possible relationships that advance the theoretical discussion on parties and the party system in Brazil today. The direct confrontation between the two authors exposes the limits of the analysis of the Brazilian political system from 1945-1965 in terms of the centrality of the PSD, seen from different angles, such as the expectation of power of the center party around the presidential elections, the longevity of the PSD ahead of the Chamber

¹ Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, Brasil. O autor é graduado em Ciências Econômicas pela Unicamp, mestre em Educação pela USP e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas das Políticas Públicas para a Inclusão Social (GEPPIS-USP). Email: sergiojosecustodio@usp.br.

presidency in the period, the important presence of small parties in the system, coalitions, history, the structural dimension. From this immersion emerges the hypothesis of the relevance of the perception of the current Brazilian party system as a formation with a reasonable number of real parties, a system with a permanent fragmentary matrix, without majority parties in a central position, whose center and stability depends on party coalitions in tune with the full citizenship in the country.

Keywords: Party fragmentation; center party; real parties; coalitions.

Resumen: El artículo revisa el trabajo de Lucia Hippolito (1985) sobre el sistema de partidos brasileño de 1945 a 1965 con dos objetivos: 1) explorar las relaciones teóricas con la obra de Giovanni Sartori (1982 [1976]); 2) identificar las posibles relaciones que hacen avanzar la discusión teórica sobre los partidos y el sistema de partidos en Brasil hoy. El enfrentamiento directo entre los dos autores expone los límites del análisis del sistema político brasileño de 1945-1965 en términos de la centralidad del PSD, visto desde diferentes ángulos, como la expectativa de poder del partido de centro en torno a las elecciones presidenciales, la longevidad del PSD por delante de la presidencia de la Cámara en el período, la importante presencia de partidos pequeños en el sistema, las coaliciones, la historia, la dimensión estructural. De esta inmersión surge la hipótesis de la relevancia de la percepción del actual sistema de partidos brasileño como una formación con un número razonable de partidos reales, un sistema con una matriz fragmentaria permanente, sin partidos mayoritarios en posición central, de cuyo centro y estabilidad dependen en coaliciones de partidos en sintonía con la ciudadanía plena en el país.

Palabras clave: fragmentación de partidos; partido político del centro; partidos reales; coaliciones.

Introdução

Lucia Hippolito em “PSD: de raposas e reformistas” trata do sistema partidário brasileiro no período de 1945 a 1965, por meio do estudo do PSD, o partido que ocupou o centro político de então. Seu estudo pode ser relevante para o entendimento dos desdobramentos da crise política brasileira iniciada em 2013, uma vez que a autora persegue a compreensão das razões do sucesso e do colapso daquele sistema partidário particular da terceira república brasileira. Comparar momentos históricos não é um exercício fatalista de fé na repetição histórica, mas de busca de elementos de simetria para avaliar formulações teóricas, soluções, problemas e perguntas novas (FIORI, 2019). Assim, um sistema político que apresentou sucesso relativo, mas desapareceu numa crise, pode ser referência para a formulação teórica sobre um outro sistema político e sua crise. O olhar deste artigo destaca a apreensão teórica, a formulação teórica e seu uso na análise política.

De que bases teóricas ela se vale para conduzir sua pesquisa? Principalmente do instrumental analítico de Giovanni Sartori (1982) em seu estudo teórico e empírico comparativo sobre sistemas partidários em cerca de cem países, onde conceitua partido, pluralismo, sistema partidário competitivo, eleições, número de partidos e, com esses critérios, faz um modelo analítico e põe as mãos na massa empírica a sua disposição.

Assim, este artigo faz algumas indagações: quais as tensões conceituais e analíticas entre Hippolito (1985) e Sartori (1976)? Como essas tensões são superadas pela autora no desenvolvimento de sua pesquisa? As conclusões da autora convergem ou divergem das conclusões de Sartori (1976)? O que fugiu ao enquadramento analítico e dos achados da autora? O número de partidos e a fragmentação do sistema partidário do período analisado serve de referência analítica para hipóteses sobre o sistema político atual no Brasil?

Desenvolvimento

O desenho da pesquisa: Hippolito versus Sartori.

Se os partidos não são facções, seria errado esquecer por outro lado, que foram, por longo tempo, precedidos pelas facções e que a razão da facção – não do partido – é ser simples e vigorosa. A advertência que isso representa é a de que os partidos bem podem recair em algo que se assemelha a uma facção. Nesse sentido, o faccionismo é a sempre presente tentação para a organização partidária e para uma degeneração sempre possível. Isso contribui para explicar não só por que os sistemas partidários falham e desmoronam, mas também por que o velho tema do horror ao faccionismo pode, de tempos em tempos, ser revivido na censura ou mesmo na rejeição aos partidos. (SARTORI, 1976, p. 47).

No prefácio a edição brasileira de 1982 de seu livro, o cientista político italiano Giovanni Sartori não enxerga uma “consolidação estrutural” do sistema partidário brasileiro, pois “os partidos não podem ser qualificados como um subsistema autônomo” e “eles não tiveram um desenvolvimento espontâneo” (SARTORI, 1982, p. 18/19), isso apesar dos partidos brasileiros realmente mobilizarem eleitorados com “elos importantes”, “funções expressivas e legítimas”, “que realmente representam (embora sob rótulos e recombinações variáveis) tradições políticas antigas e arraigadas, contudo, não passa de fluxo, vapor. (SARTORI, 1982, p. 18/19). Por isso, o sistema partidário brasileiro ficou de fora de seu esforço analítico comparado. Mas, Hippolito (1985) pondera,

Apenas entre 1822 e 1964 funcionaram no Brasil quatro sistemas partidários, correspondendo ao Império (1822-89), à República Velha (1889-1930), ao período 1930-37 e ao período 1945-64. O quadro partidário de um período histórico não se repete na etapa subsequente, impossibilitando a avaliação de períodos mais longos.

Entretanto, a contradição acima exposta desaparece quando se delimita a análise a somente um sistema partidário, que existiu durante 20 anos (1945-65) e cujo funcionamento foi vital para a dinâmica do processo político. (HIPOLITO, 1985, p. 28).

Com esse recorte e calçando-se na “evolução de um sistema partidário historicamente delimitado – entre 1945 e 1964 – e de um partido determinado, o PSD” a autora investiga de que forma as alterações no PSD implicam o destino de todo o sistema partidário. Para ela, esse caso configura a existência de um sistema partidário com partidos como atores políticos num mercado competitivo, “um regime político pluripartidário onde os partidos representam interesses, articulam demandas e disputam poder com reais possibilidades de alcançá-lo” (HIPOLITO, 1985, p. 28), justificando a adaptação do modelo de Sartori sem tomá-lo como uma “camisa de força”.

Porém, a perspectiva se estreita, perde peso a história, por exemplo. De fato, as eleições aconteceram desde a colônia no Brasil, por um lado, por outro lado, nem tudo que parece novo assim o é. Para Sartori, os partidos têm longa maturação e nasceram de modo prático: “Há cerca de 150 anos, os partidos se desenvolveram muito mais como uma prática do que como uma teoria” (SARTORI, 1982, p. 46). Assim, a permanência (a defesa do status quo de uma geração a outra), a mudança (a renovação do status quo), a latência (as tensões presentes num sistema partidário, por exemplo, os grupos derrotados em eleições e processos políticos), são noções, vinculadas na história, que poderiam alumiar o caminho analítico da autora. Por exemplo, o legado da “fratura social” advinda da escravidão no Brasil deve ser parte analítica para se pensar a política brasileira contemporânea no sentido de uma teorização política sem vazios, pois o problema da integração política plena da nação se coloca.

À rigor, partido para Sartori “não são facções, são parte de um todo, são canais de expressão” (SARTORI, 1982, p. 46) e o são porque “fazem parte de uma construção política totalmente nova e são, por sua vez, por ela modelados, o que não foi percebido por Weber, como não o foi por seus antecessores e contemporâneos” (SARTORI, 1982, p. 45). Deriva dessa construção política, do Estado, “não só o partido moderno, como também o sistema partidário como uma exigência estrutural do sistema político e, portanto, como um de seus subsistemas”. Porém, “A estruturação da formação política

como sistema partidário só surge quando o direito de voto e outras condições atingem uma “massa crítica” e envolvem uma parcela substantiva da comunidade”. (SARTORI, 1982, p. 43). O sufrágio universal modifica o sistema partidário ao trazer os partidos de massa. Assim, “Os partidos se situam como um subsistema na teoria e na prática da democracia”. (SARTORI, 1982, p. 45). Logo, os partidos concentram força eleitoral, capacidade de coalizão e poder de veto (chantagem, intimidação) num dado sistema partidário.

Se Galileu, se a mecânica, falava no século XVII (século profícuo para a especulação intelectual, talvez pela bonança em partes da Europa advinda da riqueza expropriada da África, da América Latina) em força resultante como o resultado da interação entre os corpos físicos (planetas, massa grande, massa pequena), entre todas as partes do sistema, sem uma teoria do sistema, lidos e apropriados por Hobbes (HIRSCHMAN, 1979, p. 22) para o mundo social, do mesmo modo, sem uma teoria dos sistemas, Sartori (1982), por sua vez, fala de duas interações partidárias no sistema partidário, uma tipologia de matriz empírica, com critérios definidos, em especial o número de partidos, o tipo de partido, a posição relativa entre os partidos e uma noção vaga de equilíbrio ou estabilidade do sistema em torno de um centro gravitacional. Como o partido nasceu na prática do sistema político, o sistema partidário também nasce da prática. Partido e sistema partidário são as variáveis independentes principais do “framework” do autor, de modo geral. Com isso, um sistema partidário competitivo (quer dizer sem monopólio partidário) pode ser considerado ou um pluralismo polarizado ou um pluralismo moderado.

No sistema polarizado destaca-se a presença de partidos antissistema relevantes, existência de oposições bilaterais, o centro ocupado por um partido ou por uma coalizão de partidos, polarização política, predomínio de tendências centrípetas, um padrão ideológico dos partidos, presença de oposições irresponsáveis, “política do dar mais” (SARTORI, 1982, 156-165). Já o governo de coalizão, a coalizão de configuração bipolar, surge como a principal característica do pluralismo moderado:

Face às propriedades do bipartidarismo, o principal traço marcante do pluralismo moderado é o governo de coalizão. Essa característica resulta do fato de que os partidos relevantes são pelo menos três, que nenhum partido alcança, geralmente, a maioria absoluta, e que parece absurdo permitir que o partido maior ou dominante governe sozinho quando pode ser obrigado a dividir o poder. Assim, surgem os governos minoritários de um só partido, mas isso em consequência de uma queda de braços mal calculada, ou à base de um cálculo preciso (como o abandono se necessário, de programas e políticas impopulares), ou então como coalizões disfarçadas e governos

transitórios, de mudança. De qualquer modo, os governos minoritários de um só partido são – no contexto do pluralismo limitado e moderado – governos “fracos”, embora possam não ter vida curta. (SARTORI, 1982, p. 206)

Além disso, o pluralismo moderado ou limitado, agrega: um número de partidos entre três e cinco, a ausência de partidos antissistema, a inexistência de um centro político ocupado e consequente competição centrípeta, uma distância ideológica relativamente pequena entre seus partidos relevantes (SARTORI, 1982, p. 201-207).

Hippolito (1985), por seu turno, escolhe o pluralismo moderado como base analítica para seu objeto de pesquisa, mas ao fazê-lo, confronta a proposta analítica de Sartori (1982). Ela faz perguntas: “Por que as condições de um sistema pluralista moderado se transformam em polarizado? ”, “Sob que condições um sistema pluralista moderado se transforma em polarizado? ”, “Que mecanismos internos podem ser responsáveis pela transição do pluralismo moderado para o polarizado? ”, “Quanto maior o número de partidos maior será a possibilidade de transformação do sistema em polarizado? ” (HIPOLITO, 1985, p. 31/32/33).

O fulcro do debate teórico da autora é o centro político, se se quiser, o partido de centro. O centro é ocupado ou não é ocupado? O centro catalisa a unidade das partes do sistema ou catalisa a sua fragmentação? Ao contrário de Sartori, para a autora, “Entretanto, um número crescente de partidos pode expressar apenas uma fragmentação partidária e não uma polarização”. (HIPOLITO, 1985, p. 33)

A autora busca alternativas endógenas de explicação, por dentro do sistema partidário: “Por que o sistema partidário não foi capaz de evitar o colapso do regime democrático em 1964? Por que não foi possível repetir em 1964 a performance de outros momentos anteriores no período? ”, indaga a autora no correr de sua argumentação.

Wanderley Guilherme dos Santos ancorou na “paralisia de decisões” (SANTOS, 1973) as razões para a crise política que deságua em 1964 e vem em socorro da autora agora, desde sua tese de doutorado em Stanford e a crítica que faz a visão de Sartori (1976) sobre a transformação de um sistema moderado em polarizado: “A variável crucial ainda seria o processo de radicalização que evita que os partidos se engajem no processo normal de cooperação e compromisso” (SANTOS APUD HIPOLITO 1985, p. 33).

Assim, tanto a normalidade como a radicalização poderia ser buscada no sistema por meio das categorias utilizadas por Santos (1979), como controle de recursos políticos, preferências políticas e intensidade de preferência ou grau de radicalização.

Destarte, o modelo analítico de Hippolito (1985) destoa de Sartori (1982), pois,

Na verdade, todo o modelo sartoriano está em discussão, uma vez que, por falta de profundidade de análise e de adequação instrumental de pesquisa, o autor deduziu que os sistemas partidários moderados não estão baseados na ocupação do centro. Mas se ele próprio não percebeu corretamente a posição do centro, toda a construção lógica fica prejudicada. Pois é exatamente a partir de um partido de centro, solidamente instalado no centro político-ideológico do sistema partidário, que se obtém uma tendência centrípeta e se garante a estabilidade do sistema. (HIPPOLITO, 1985, p. 36).

Desse movimento, deriva a hipótese central do desenho da pesquisa,

Independentemente do número de partidos ou da distância ideológica entre eles, um sistema pluralista moderado com o centro ocupado por um partido sólido se transforma em polarizado através de um processo de radicalização que atinge diretamente o centro do sistema, pulverizando-o; conseqüentemente, o centro político desaparece, embora o partido de centro possa continuar existindo. Entretanto, este partido é minado por um processo de fragmentação interna, que impede a tendência centrípeta do sistema. Ao contrário, a tendência centrífuga se instala, e é o próprio partido de centro, dilacerado por dissensões internas, que a preside. Quando isto acontece, não só o sistema partidário, mas todo o sistema político está próximo de um colapso. (HIPPOLITO, 1985, P. 34).

O que se percebe é que Sartori (1982) enfatizou a relação entre estrutura e formação do sistema partidário em sua “rationale” teórica mais ampla sobre os partidos e o sistema partidário centrada em parte da Europa e nos EUA, no geral, mas enfrentou limitações no trabalho empírico, porque não é trivial fazer esforço de convergência e comparação entre países, muitas vezes, muito diferentes, quanto mais além daqueles centros.

Por outro lado, Sartori (1982) não apresentou discussão teórica de indicadores políticos capazes de adentrar nas razões estruturais do sistema partidário de cada país, tampouco ofereceu indicadores capazes de perscrutarem a relação entre a estrutura e o sistema partidário, apesar dele sustentar que a grande maioria dos sistemas partidários se consolidaram nos países apenas depois da segunda guerra mundial. A ausência das razões estruturais nos schemata sartorianos talvez tenha feito escola, ao deixar um vazio

nesta dimensão, vazio, aparentemente, recorrentemente seguido em muitas análises políticas ainda.

Hippolito (1982) apropria-se criticamente da caixa de ferramentas de Sartori (1982), mas noutra direção teórica: endógena e institucional. Esse ponto é uma opção de pesquisa da autora, seu escopo. Porém, em sistemas políticos praticamente nascentes como democracia de massas, o lado exógeno, das eleições, dos eleitores, sua “natureza e dinâmica”, o lado de fora da relação executivo-legislativo pode ter poder de explicação nada desprezível sobre o fenômeno político em estudo. O olhar endógeno no jogo parlamentar entre rei e parlamento remete aos partidos aristocráticos, no caso inglês, ao passo que o jogo ampliado, que envolve os eleitores, as eleições, remete a democracia de massas, no pensamento sartoriano.

No miolo da análise há indícios comuns entre os autores: o número três por exemplo, que indicia dois polos políticos reais e um poder nevrálgico no centro do sistema partidário, um centro real de poder como necessidade do pluralismo.

Se a metáfora analítica do número três recorrer a trindade cristã, válida para um país eminentemente católico nos vinte anos vistos pela autora - onde 99% dos políticos referenciavam-se discursivamente em Deus - num caso, o espírito santo pode estar no centro, Deus à direita e o filho à esquerda. Noutro, Deus pode estar no centro, o filho à direita e o espírito santo à esquerda. O centrão (1987/1988; 2013/214/2015), em tese, é o centro cheio.

Adam Smith, na “Riqueza das Nações”, dividiu as riquezas produzidas por uma nação em renda da terra, renda dos salários e renda dos lucros, o número três. Ricardo nomearia as três classes econômicas do capitalismo dessa referência.

Não raro, o mundo político e os partidos políticos, refletem em algum grau, estas posições estruturais de classes, seus interesses e ideias. Foi assim o debate entre Malthus, defendendo os interesses dos proprietários de terra e Ricardo, defendendo os interesses dos industriais, debate em torno da Lei dos Cereais, na Inglaterra, em 1815. Marx reduzirá para 2 as classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado, e para um o partido político necessário para a revolução socialista, o partido do proletariado. Sartori (1982) coloca Marx ao lado de Rousseau e dos revolucionários da Revolução Francesa. Marx pela crença no comunismo e Rousseau, pela razão da República dos indivíduos racionais, não acreditava em partidos além daquele da nação, da República, o número um.

Na história brasileira, nos 49 anos do Segundo Império, eram três os partidos nacionais: os liberais, os conservadores e os progressistas. O liberalismo brasileiro tinha muita força política e defendia a escravização dos negros. O centro desse sistema político, porém, estava dentro e fora dele: na figura do Imperador e na ordem social da escravidão. O “State-building” brasileiro no XIX foi estudado por José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1980), que, em sua leitura particular, deixa ver, de esguelha, dois vaga-lumes reais: a presença do partido da justiça e do partido da linhagem no sistema partidário.

O sistema colapsou por um golpe militar de Estado que instaurou uma República com direitos de participação política para no máximo 4% e partidos estaduais em 1889. Os títulos de nobreza do Império acompanharam ministros e autoridades na República. Os ex-escravizados não foram integrados na sociedade com direitos políticos, civis e sociais (CASTRO, 1995). Partidos estaduais de perfil aristocrático mandavam nos destinos da nação, vinculados a uma economia rural onde um só produto, o café, dava o tom do poder econômico, com permanente tensão com as forças reais militares, mas convergindo no Congresso e no Governo para uma coalizão em torno de 3 partidos republicanos estaduais relevantes, o partido republicano paulista, o partido republicano mineiro e o partido republicano gaúcho que duraria até 1930. A revolução de 1930 foi um golpe militar com benção religiosa (LIRA NETO, 2012). O civil fardado Getúlio Vargas assumiu o poder. Foi criado a Justiça Eleitoral, a mulher passa a votar, mas tem poucas eleições. Em 1945 um golpe militar ocorre contra Getúlio e, o General que o liderara, viraria presidente eleito no poder. Desse modo, inaugurar-se-ia o sistema político sob esse governo e a Constituição de 1946.

Porém, como quer Hippolito, se os partidos são competidores um tanto homogêneos, como na regra concorrencial de uma economia de antanho ideal, e, levando isto à risca, raciocinando ad absurdum, três partidos A, B, C podem trocar de lugar num mesmo sistema partidário que opera como um mercado concorrencial, mantendo a saúde que anima o sistema: ABC, ACB, BAC, BCA, CAB, CBA, não importando qual partido ocupe o centro, afinal os partidos possuem relativa homogeneidade, diga-se, ainda que percebida apenas por um retrovisor ideológico arbitrário. De fato, o pluralismo moderado, como modelo, não tolera estorvos analíticos, partidos antissistema, o que teria sido o caso, talvez, do partido comunista brasileiro (PCB) no período 1945-1965, que apesar de eleger deputados e senador em 1945, fora proscrito do sistema partidário oficial dos tempos da Guerra Fria e do Terceiro Mundo.

Outro ponto para um desenho de pesquisa: as coalizões políticas presentes no sistema partidário. Nem Sartori (1982), nem Hippolito (1985) elaboram em grau refinado na direção deste ponto específico analítico e capital em política, ainda mais no caso brasileiro, onde os partidos eleitos para o executivo, em praticamente toda a série histórica, desde 1945 até 2014, ficam abaixo da maioria absoluta no parlamento.

Infelizmente, nenhum dos autores apresenta uma teoria sobre os sistemas, noções tais como força, equilíbrio, estabilidade, palavras como centrípeta, centrífuga são apropriados da física para o mundo social, o que pode indiciar problema de nomeação e de metaforização. O número três é suficiente para a cartografia do sistema político brasileiro?

Hippolito (1982) ao enveredar pelas pegadas endógenas do sistema partidário, não custa lembrar, “natureza e dinâmica” do sistema partidário, deixa de lado preciosidades do pensamento estrutural brasileiro, da fortuna crítica brasileira em seu momento inicial de industrialização e mudança do mundo rural para o urbano, como a leitura política de Celso Furtado sobre o sistema político brasileiro de então, o federalismo distinto regionalmente e sua formação, o que seria apropriado parcialmente mais tarde pelo sociólogo Sérgio Abranches (ABRANCHES, 1988) com os dilemas de seu presidencialismo de coalizão.

Posição e relação são categorias importantes para o pensamento social, dizia Weber. Hippolito (1985, p. 40) relaciona partido na teoria e partido real: o PSD como ele é.

Francisco de Oliveira, que enxergava o Brasil como “uma sociedade complexa”, por exemplo, elaborou a noção de partidos reais noutra toada, a partir da estrutura social brasileira, da sociabilidade em movimento e da necessidade teórica de não ficar refém do jogo dos agentes dos partidos nominais. Downs também explorou a noção de partidos reais em sua obra vasta. Oliveira (1992), ao olhar a crise política foi na direção do número três, número na risca de cal sartoriana do pluralismo:

No que respeita ao sistema partidário, já é um clichê apontar a instabilidade e fragilidade dos partidos no Brasil. Mas, olhando as coisas mais perfunctoriamente, o clichê não resiste a um exame mais detido. Sem precisar refazer a análise desde os dias do bipartidarismo forçado – no regime burocrático-autoritário –, deve-se reconhecer que, hoje, no Brasil, existe de fato um regime tripartite; esta tripartição partidária não coincide, completamente, com as siglas partidárias, o que tem sido a fonte de muitos equívocos de análise. Quais são os partidos reais do sistema tripartite no Brasil? (OLIVEIRA, 1992, p. 107).

A pergunta fica no ar para ceder lugar aos passos necessários na direção estrutural, ou seja, à cata de partidos reais.

Raúl Prébisch e Hans Singer, em 1949, concluem que os termos de troca são desfavoráveis no comércio internacional na relação entre os preços das matérias-primas exportadas e os preços dos produtos industrializados importados, questionando a teoria das vantagens comparativas das nações e reforçando a noção de centro e periferia do sistema capitalista (PRÉBISCH, 1949; SINGER, 1949). Se mantivesse a sua posição estrutural, a América Latina, a periferia, em relação ao centro, seria eternamente prejudicada. Sergio Buarque de Holanda percebeu em seus estudos de história, desde a posição portuguesa, entre a Espanha e a Inglaterra, sua dependência, a sua busca de uma “brecha” de encaixe. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto teorizaram sobre a dependência estrutural de países como o Brasil no sistema-mundo do capitalismo (CARDOSO & FALETTTO, 1970), o que Fernando Novais havia ressaltado para o sistema colonial (NOVAIS, 1995). Paul Singer destacou em sua obra a importância do subproletariado na estrutura social brasileira (SINGER, 1982). Jessé Souza aborda a subcidadania no Brasil (SOUZA, 2003). O sistema partidário de um país da periferia prescinde das decisões do centro? Haveria um partido real da dependência operando dentro do sistema político brasileiro? Entre 1945-1964, a existência (HIPOLITO, 1985, p. 108) da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e da Ação Democrática Parlamentar (ADP), sinaliza que sim. Haveria um partido do subproletariado no sistema partidário? As revoltas populares urbanas contra o preço dos bondes, das barcas, contra a carestia e a inflação, ocorridas na história do Brasil, desde o fim do XIX e no século XX, indiciam que sim. Protestos negros marcam a cena histórica no XIX e no XX. Protestos indígenas também.

Ademais, as estruturas são dinâmicas e o vento das ideias lhes sopram sem parar, como o que era rádio nos anos 1950 vira celular em 2013. Em 2018, como na segunda década do XXI no Brasil, a maioria da força de trabalho está no setor de serviços, menos de 10% da força de trabalho, a massa de eleitores, situa-se na agricultura, ao contrário da maioria rural de 1889-1946, da maioria dividida entre indústria e agricultura, entre 1945-1965. A indústria empaca em 12% como peso setorial relativo na economia em 2018, com isso, a massa proletária vira miragem histórica, dadas as mudanças estruturais e institucionais na economia. Essa é a tendência da segunda década do XXI. Uma sociabilidade complexa tem lugar, o que talvez instigue de per si os apetites de facção.

Aliás, ao falar de fragmentação do partido de centro, Hippolito (1985) não estaria ecoando a facção, como tratada por Sartori (1982)?

Nota metodológica e um monumento do PSD em São Borja-RS.

Hippolito (1985) vale-se de jornais, revistas e dados eleitorais como fontes empíricas, como fontes secundárias. Mas, alega que arquivos, livros de atas e outros documentos primários do PSD foram queimados ou desapareceram. A autora dá grande ênfase aos depoimentos orais de antigas referências do PSD para sustentar sua metodologia analítica.

Numa andança pela cidade de São Borja em 2019, depara-se com um monumento do PSD de 1952 numa praça central da cidade. Haveria documentos do PSD em São Borja?

Mecanismos políticos, resultados encontrados, o partido do centro em ação

Se SB é o sistema político brasileiro considerado, de 1945 a 1965, SB= PSD + UDN + PTB + PR + PSP + PPS + PL + PDC + PPB + PSB + PST + PTN + MTR + UDN/PR, um todo formado por 14 partidos, desconsiderando-se o PCB. Cabe frisar que a lei eleitoral de então, facultava ao parlamentar eleito por um partido declarar-se de outro no momento da diplomação, um elemento institucional de vaporização eleitoral-partidária ou vampirização interpartidária ad hoc, no sentido de que um partido poderia sugar o sangue eleitoral de outro para se fortalecer.

Visto por meio dos recursos de poder, como os votos, o recurso primário principal e, através dos recursos derivados, como as posições no legislativo e no executivo, tem lugar uma classificação.

Assim, o PSD, conhecido como partido da ordem, partido do diário oficial, é formado estreitamente por elementos vinculados à administração do Estado Novo, surge das entranhas do Estado, dando razão a Sartori (1982) em sua imersão conceitual sobre o conceito de partido. Mesmo sem um levantamento explícito e detalhado pela autora dos nomes, perfis profissionais, profissões, a autora reconhece como fundadores do PSD: ministros, interventores, funcionários públicos da alta burocracia, no geral. Essa lacuna, impõe, porém, uma limitação analítica, à medida em que a teia de relações burocráticas é desconsiderada, dado que o processo político dos anos 1930-1945

conforma a formação de uma burocracia inédita na história do Estado Brasileiro. As relações entre essa burocracia e o sistema partidário talvez sejam um ponto relevante para o entendimento do sistema partidário, porque são amplos os setores burocráticos do Estado e não desprezível o seu poder de agência política. Haveria um partido real da burocracia?

O PSD surge como partido do centro por conta da análise dos membros do Congresso no período e de suas regras institucionais de funcionamento, bem como pela lógica da competição interpartidária no legislativo. As alianças e coalizões catalisadas pelo partido de centro, na análise da autora, tem como vetor principal ser produto dos dispositivos legais institucionais que o empurrariam nesta direção. Sustenta a autora:

Para compreender as razões e a dinâmica das alianças partidárias realizadas no Congresso, é preciso levar em conta que a decisão de firmar coalizões encontra-se, por assim dizer, **fora do alcance imediato dos partidos**. Nas regras de funcionamento parlamentar, determinadas majoritariamente pela Constituição, originam-se as razões do comportamento aliancista dos partidos políticos. (...) A lei praticamente compele os partidos à aliança, transformando o Congresso no foro da negociação por excelência. Esta condição confere ao Legislativo um papel de vital importância na estabilidade dos regimes democráticos. (HIPOLITO, 1985, p. 61)

Sim, de acordo. É uma situação institucional objetiva bem trabalhada pela autora, é necessária, talvez não suficiente para a análise do sistema político em tela. Ora, Sartori dá centralidade às coalizões partidárias na definição mesma do pluralismo moderado e até, no limite, na definição de partido, na história dos partidos. Não suficiente, no sentido da própria linha argumentativa da autora, pois se os recursos políticos são valiosos, se a força de um partido é oriunda dos votos, se o voto é o recurso político primário, então é de se esperar que a agência do partido político opere na direção da coalizão por conta do voto num país continental, logo ao alcance vital da agência partidária para sua sobrevivência no tempo. Assim, parece que tecer essa árvore de coalizões na federação e compará-la com as coalizões no Congresso talvez pudesse agregar informações sobre a natureza da dinâmica do sistema partidário brasileiro de então, também dos passos e percalços do PSD naquela arena e não só.

Ou seja, uma teoria do sistema partidário pode requerer uma teoria das coalizões políticas, uma vez que a noção de centro político pode se associar mais ao peso de uma coalizão do que ao peso de um partido específico em situação de pluralismo moderado, dado que um partido isolado não teria força para tanto num país continental.

Com base nas suas premissas analíticas, a autora enxerga dois importantes casos empíricos exemplares das coalizões induzidas: o amplo acordo partidário de 1948 de sustentação do governo e as coalizões específicas no período JK (1956-1961) em função do perfil de matérias específicas em tramitação no legislativo, pois um partido isolado não fazia maioria em nada, mas um partido com maioria relativa era como um ímã para atrair a maioria institucional necessária, consoante sua habilidade política. Não havia fidelidade partidária, e conforme a matéria, eram necessárias maiorias simples ou qualificadas, o que endogenamente, induziria a uma “racionalidade intrínseca” na direção da maximização dos ganhos partidários e do “atendimento de interesses estaduais e municipais”. Por exemplo, na matéria da extensão da legislação trabalhista urbana para o campo, o PTB ficou isolado contra a aliança PSD, UDN e PSP e no tema da extensão da anistia política de 1945, o PSD se coligou com os partidos pequenos apenas contra o PTB, a UDN e o PSP. Só o PSD e o PTB, se juntos, num dado momento do período, não conseguiriam o quórum de 2/3 para aprovar uma emenda parlamentar. Esse quadro de alianças gera situações que parecem estapafúrdias: PSD, PTB e UDN, concorrentes em 1955, colaboraram no correr do governo JK. Por isso o centro político como ímã que atraía todas as forças e simultaneamente se fortalecia, fortalecia o seu poder político, como o leão e a raposa na cabeça do príncipe político.

Se o partido majoritário é também um partido de centro, a função de suas alianças passa a ser a associação alternativa com todos os partidos relevantes, de forma a acenar-lhes com reais possibilidades de participação no governo e a comprometê-los com a estabilidade política. Por isso mesmo, não convém isolar por muito tempo o principal partido de oposição, pois este pode transformar-se em polo de radicalização política (e mesmo ideológica) e contribuir para a desestabilização do regime. (HIPOLITO, 1985, p. 65/66).

Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1979), embasa o centro com chão político no sistema partidário de então:

A capacidade operacional do sistema parlamentar (...) dependia da habilidade das elites parlamentares dos principais partidos brasileiros para a negociação e do grau de liberdade de que o partido de centro – o PSD – dispunha para substituir pelo menos um membro de uma coalizão tripartidária e ainda permanecer operativo. (SANTOS APUD HIPOLITO, 1985, p. 75).

Uma tabela da posição legislativa do PSD no sistema partidário pode auxiliar a enxergar melhor o partido de centro no sistema. É o que segue.

Tabela 1. Força do PSD no legislativo.

Ano	Participação proporcional do PSD no Senado Federal (%)	Participação do PSD na Câmara Federal (número de cadeiras)	Participação proporcional do PSD na Câmara Federal (%)
1945	61,9%	151	52,7%
1947	54,1%	07	36,8%
1950	27,1%	112	36,8%
1954	38,1%	114	34,9%
1958	28,5%	115	35,2%
1962	35,5%	118	28,8%

Em 1947 houve eleições suplementares em poucos estados para preencher 19 cadeiras. Há relativa alteração do número total de cadeiras a serem preenchidas por legislatura. Fonte: Do autor, com base em HIPOLITO, 1985.

De 1945 a 1958 a autora sustenta, como se vê na tabela 1, a centralidade do PSD, com o maior número isolado de cadeiras no parlamento, já em queda franca em 1962, mas para 28,8%. Por exemplo, a UDN, oscila de um máximo de 26,9% em 1945, segunda bancada, para 22,2% dos parlamentares em 1962, terceira bancada, ao passo que o PTB, terceira bancada, oscila de 7,6% em 1945 para 28,3% em 1962, segunda bancada.

Mas qual é mesmo a moeda de troca do partido do centro no jogo de sedução do poder político no parlamento? “A verdadeira atividade passa-se no interior das comissões do Congresso e nas articulações entre as principais lideranças” (HIPOLITO, 1985, p. 66). “Dono da maior bancada das duas casas do Congresso durante todo o período, o PSD utilizava as presidências das comissões da Câmara e do Senado como moeda de troca para firmar alianças. Mas conservava para si a presidência das 2 mais poderosas comissões do legislativo: a de Constituição e Justiça e a do Orçamento, ambas da Câmara dos Deputados” (HIPOLITO, 1985, p. 67). De 1947 a 1964, 7 presidentes eram do PSD, exceto Aquiles Marrone, PTB (1950) e Miltom Campos, UDN (1955). Entre 1955 e 1964, todos os presidentes da comissão do orçamento eram do PSD.

Mas, qual é a outra moeda de grande quilate no poder do parlamento?

A mesa diretora da Câmara dos Deputados, a sua presidência. O PSD ocupou a presidência da Câmara dos Deputados sempre entre 1946 e 1964 e compôs com os outros partidos os outros cargos da mesa.

Não fica a impressão de um poder monolítico do PSD na presidência da Câmara dos Deputados? Isso não destoa em certa medida da necessária alternância do poder salutar para um sistema partidário baseado num pluralismo moderado? Esse fato, de per si, não gera instabilidade endógena ao sistema e não indicia a presença do vício da facção no parlamento, dado a concentração de poder na presidência da Câmara? A autora não aprofundou este ponto institucional e endógeno.

O PSD tem um trunfo na participação no governo e sua preferência por determinadas pastas de destaque, como evidência de que o partido de centro mobiliza a sua força eleitoral para ocupar certos espaços de poder, alcançando assim um acesso privilegiado a recursos de toda sorte (políticos ou não). No período, os principais ministérios com potencial de empregos e outros recursos políticos estão nas mãos do PSD: Justiça e Negócios Interiores, Fazenda, Viação e Obras Públicas e Agricultura. Como consta no depoimento de Amaral Peixoto: “Os governadores tinham grandes interesses. Com o Departamento de Estradas de Rodagem na mão, por exemplo, podia-se ajudar muito o governador”.

Os pés com força em duas canoas dão o tom do poder do partido de centro, do PSD: no executivo, a ocupação dos ministérios centrais por mais tempo no período 1945-1964 e, no legislativo, a ocupação de posições centrais. Isso reforça o PSD como “fiador do equilíbrio político” do regime, sustenta Hippólito (1985). Ou seja, a estabilidade política do sistema partidário de 1945-1964 tinha correlação com a presença de peso do PSD tanto nos ministérios, como no legislativo. Para a autora, delineia-se um sistema pluripartidário moderado com o centro ocupado por um partido forte.

E na hora da crise política, de uma tempestade? O que ocorreu, tanto na crise de agosto de 1954, que culminaria no suicídio de Getúlio Vargas, quanto na crise de agosto de 1961, da posse do vice João Goulart.

O PSD agiu com a mesma arma estratégica: “preservar a estabilidade do regime” e com duas táticas políticas diferentes: em 1954 valeu-se da “omissão preventiva” e em 1961 da “operação reconquista”. Com isso, em 1954, 81 deputados da UDN encurralaram um governo, isso perante 187 deputados sob o timão direto ou indireto do PSD. Já em 1961 é a oportunidade de reconquistar as posições chaves no

executivo deslocadas por Jânio e vem o arremedo de solução: o PSD como primeiro-ministro de ocasião.

Contudo, assombra o sistema partidário nestas duas situações históricas, a percepção da importância do cálculo político: tanto em 1954, como em 1961, o PSD tinha um candidato presidencial competitivo nas próximas eleições: Juscelino Kubitschek e em torno deste nome o PSD fazia suas composições de poder. Isso questiona a interpretação da autora, em certa medida.

Para Fábio Konder Comparato e Maria Victoria Benevides, em suas saudosas aulas na Escola de Governo, na maioria das vezes, 'a política é um lápis e um papel'. Em termos teóricos o cálculo do PSD de olhos nas próximas eleições impõe uma tensão para a análise teórica do sistema partidário brasileiro: é o centro que gera estabilidade política de fato ou é a expectativa de poder que gera o atrativo para a conformação de um polo de estabilidade? Ou, de outro modo, é uma candidatura presidencial com elevada popularidade que constrói de per si o centro político à revelia do sistema partidário? O centro político, se um sistema político apresenta características de volatilidade elevada, não se deslocaria livremente no eixo esquerda-direita, como formulada por Bobbio (BOBBIO 2001[1994]), com uma candidatura presidencial competitiva, deslocando-o, seja para a esquerda, seja para a direita, seja para o centro mesmo? Ou, o centro político não se deslocaria em função de rearranjo conjuntural da opinião pública, da massa, do contexto histórico? (MADEIRA & TAROUÇO, 2011).

Uma outra crise e outra candidatura presidencial não pode ficar ausente: a crise da posse de Juscelino Kubitschek em 1956. A posse só foi garantida pelo General Henrique Lott, que seria depois candidato derrotado à presidência da República em 1961.

Derrotado para um partido pequeno. Não entra em cena outro centro político estabilizador? Não se poderia falar, olhando para a permanência histórica, da presença do partido real militar no sistema político brasileiro?

Partidos pequenos demais para ter importância?

Não obstante, a luz excessiva analítica em torno do centro do palco, faz sombras sobre elementos analíticos importantes, que como raios e trovões podem descer de nuvens políticas pequenas do céu que vão ficando, conforme os tempos, carregadas e irrompem abruptamente sobre o sistema partidário.

Qual o papel dos partidos pequenos no sistema político brasileiro? De que forma esses “pequenos” podem ser contrastados, do ponto de vista endógeno, como do ponto de vista exógeno ao sistema partidário? São táticos ou estratégicos no jogo político pelo poder? Tem ou não poder de veto? O caso do PTN ilustra este ponto.

Entre os pequenos, o único a conquistar percentuais sempre crescentes foi o PTN: 1,6 (1950), 1,8 (1954), 2,1 (1958) e 2,6 (1962). Mas esse bom desempenho não foi suficiente para estimular uma alteração na posição dos pequenos partidos, cuja representação, tomada em conjunto, sofreu uma ligeira queda – de 23,1% para 20,1% - entre 1954 e 1962. (HIPOLITO, 1985, p. 59-61).

A autora, infelizmente, não aprofunda a análise sobre os partidos pequenos, no conjunto, com robusta força eleitoral de cerca de 20% ao longo do sistema visto. Isso deixa perguntas para um sistema político teórico: tamanho de partido importa? Partidos pequenos são apenas satélites de partidos grandes ou tem agência política? Em sociedades como a brasileira, perturbada por desigualdades sociais, econômicas, estruturais, raciais, regionais, a presença de um número razoável de partidos pequenos no sistema partidário de 1946-1964 guarda relação objetiva com esta realidade do país ou trata-se da forma “artificial”? A presença de um grande número de partidos pequenos é a regra ou é a exceção no sistema partidário brasileiro? A dominação, em sociedades desiguais, não pressupõe o **divide et impera** dos dominadores para a garantia da estabilidade política?

Tanto estruturalmente como conjunturalmente, no período de 1945-1964 parece estranho que nenhum dos três partidos principais, nem a UDN, nem o PSD, nem o PTB tenha força capital no estado mais pujante economicamente e centro da industrialização, o estado de São Paulo. Isso abre outra hipótese não explorada: o regionalismo na política brasileira, ou seja, o poder estadual é esteio de sustentação lógica de um centro político nacional por representar e acomodar fatia da cesta de poder em disputa nas eleições. Ou noutra formulação: por hipótese, o poder no estado de São Paulo nas mãos de uma força política distinta do partido de centro lhe é conveniente e o sustenta.

Escrutinando um pouco o caso de São Paulo, está lá o PTN, um dos partidos pequenos com força política incrível. Percebe-se que por conta da negação do chefe político nacional do PTB Getúlio Vargas, do controle da legenda do PTB em São Paulo para o comunicador e empresário de ascendência italiana Hugo Borghi, o PTN amplia-se com uma coloração de tendência fascista publicamente declarada, como ficou evidenciada na campanha ao governo do estado de São Paulo de 1950, em particular no

episódio de grande repercussão pública, de racismo de um hotel do centro de São Paulo que recusou hospedagem para uma dançarina e pesquisadora negra estadunidense, o que motivou a aprovação no Congresso da primeira lei contra o racismo no Brasil, a Lei Afonso Arinos, de 1951. O PTN de Borghi, que mobilizava muita gente, seja pelo sucesso do quererismo, seja pelas mais de 100 estações de rádio sob influência do político, podem ser vistas nas disputas eleitorais para o governo do estado de São Paulo, nos anos de 1947 e 1950, com nada desprezíveis cerca de 30% do eleitorado, disputando palmo a palmo a vitória eleitoral para o executivo paulista, com chances reais de vitória.

Ou seja, a demografia importa, porém os partidos, enquanto fenômenos de massa foram pouco explorados pela autora. O mecanismo do financiamento eleitoral privado, sua institucionalidade e constrangimentos a suportar essa democracia de massa também não mereceu maior atenção do que a menção nos depoimentos orais dos quadros do PSD:

Embora atuasse num regime de sufrágio universal e secreto, o PSD jamais dispôs de qualquer sistema de filiação em massa; ademais o partido era mantido por subvenções de seus parlamentares. Nas eleições, eram promovidas campanhas entre empresários simpatizantes, com o objetivo de angariar fundos; (HIPOLITO, 1985, p. 43).

No jogo dos quadros do sistema de 1945-1964, Jânio Quadros, pelo PTN, seria eleito Presidente da República em 1961. Esse fato político não deslocou o centro?

Uma questão deriva deste ponto e confronta a análise da autora: Getúlio Vargas, Hugo Borghi e Jânio Quadros ficam sobre o guarda-chuva das sombras no período? São eventos aleatórios do sistema partidário de 1945-1965? O problema teórico deixado de lado aqui parece ser o do papel da liderança política dentro de um partido e do papel da liderança política dentro do sistema partidário como um todo. Por exemplo, qual o papel de Getúlio Vargas na montagem da estrutura partidária no período?

Hippolito (1985) em sua conclusão dá razão a Robert Michels (1911) e aponta a oligarquização do PSD como central em sua tese para explicar o esfarelamento do sistema partidário de 1946 em 1964, pelas razões opostas de Sartori (1982), ou seja, o sistema partidário se transformou em polarizado desde a desagregação de seu centro, sem centro, o sistema implodiu.

Considerações Finais

Algumas hipóteses decorrentes direta e indiretamente desse estudo podem contribuir para a análise da política brasileira atual, onde partidos reais na sociabilidade complexa brasileira ganham “funções expressivas”, como diz Sartori (1976) ao definir partido.

A primeira hipótese central, é que o sistema partidário brasileiro é fragmentado num número razoável de partidos reais: o partido da terra, o partido estrangeiro, o partido militar, o partido religioso, o partido negro, o partido indígena, o partido dos bancos, o partido ambiental, o partido dos sindicatos, o partido das mulheres, o partido racista, o partido industrial, o partido anarquista, o partido da justiça, o partido da diversidade, o partido dos combustíveis fósseis, o partido da burocracia, o partido da linhagem, pelo menos.

Por hipótese, há evidente conflito entre os vários partidos reais. Algumas forças podem corroer o sistema partidário real se, isoladamente o controlarem, como forças de tendência fascista. por hipótese, colocando em risco a saúde de um virtual pluralismo moderado com número maior que dez partidos como característica permanente de um sistema partidário nominal lastreado nos partidos reais.

No quadro de alteração estrutural da economia e da sociedade, por hipótese, centros tradicionais de convergência de forças políticas, como o sindicato dos trabalhadores e a federação das indústrias, que emergem na cena histórica de 1946-1964, sofrem violentos revezes atuais.

Por hipótese, para cada partido real, dada a fragmentação estrutural da sociedade atual, ele se fragmenta em pelo menos dois. Na Primeira República era comum se falar em dois coronéis inimigos como reflexo do poder do partido da terra numa região (LEAL, 1948), ou três, se se prestar bem atenção ao massacre dos que lutavam por terras em Canudos. Por hipótese, cada ponto de poder real, cada partido real, se fragmenta em pelo menos dois no quadro de forças atual, como há evangélicos e católicos, como houve oficiais rebeldes tenentistas e oficiais de quartel. Ademais, o sistema eleitoral é proporcional.

Com isso, por hipótese, se o sistema partidário de 1945-1965, agregava um número grande de partidos, muitas vezes artificiais e de conveniência, paradoxalmente, por hipótese, o sistema partidário brasileiro nominal tende a ter como característica permanente, um grande número de partidos, só que mais próximo dos partidos reais, indo mais adiante do número três de Oliveira (1992, 107) projetado para o pós-1988, dada a dinâmica social e estrutural brasileira complexa.

Ademais, por hipótese, uma agenda de pesquisa sobre a política brasileira poderia se concentrar no estudo das teorias sobre as coalizões políticas, vitais para a democracia e para a estabilidade do sistema político, dado que, por hipótese, dificilmente um partido isolado minoritário liderará o processo político e, o modelo do presidencialismo de coalizão (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999) mostrou-se insuficiente, talvez porque não se pode pedir de César aquilo que não é de César, talvez porque pensado muito endogenamente nos termos da relação executivo-legislativo, sem considerar, talvez, os apelos dos partidos reais, o que requer pesquisa.

Por hipótese, quanto mais agregar partidos reais, mais forte será a coalizão e, a depender de sua presença no poder, mais estável será o sistema partidário nominal.

Como hipótese, resta que o principal calcanhar de Aquiles do sistema partidário é a visão passiva atribuída a milhões de agentes políticos reais em favor de elites políticas e burocracias políticas variadas acomodadas facciosamente em partidos nominais. É o caso do subproletariado na história política do Brasil e sua complexidade, ora cabresto, ora cliente, ora beneficiário, nunca cidadão pleno, repleto em protagonismo político, capaz de assumir liderança numa democracia plena de massas.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio H. H. **PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO**: o dilema institucional brasileiro. Rio de Janeiro, Dados Revista de Ciências Sociais, Vol. 31, n.1, pp. 5 a 34, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **DIREITA E ESQUERDA**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Editora Unesp, 2001 [1994].
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1970.
- CARVALHO, JOSÉ MURILO DE. **A CONSTRUÇÃO DA ORDEM**: a elite política imperial. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **DAS CORES DO SILÊNCIO**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **LEGISLATIVO E EXECUTIVO NA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL**. São Paulo, Editora FGV, 1999.
- FIORI, José Luís (ORG.). **SOBRE A GUERRA**. Rio de Janeiro, Vozes, 2019.
- HIPPOLITO, Lucia. **PSD**: de raposas e reformistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- HIRSCHMANN, Albert O. **AS PAIXÕES E OS INTERESSES**: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LEAL, Victor Nunes. **CORONELISMO, ENXADA E VOTO**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2012[1948].
- LIRA NETO. **GETÚLIO 1882-1930**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

- MADEIRA, Rafael Machado; TAROUCO, Gabriela da Silva. **ESQUERDA E DIREITA NO BRASIL: uma análise conceitual**. São Luiz, Revista Pós-Ciências Sociais UFMA, v. 8, n. 15, 2011.
- MICHEL, Robert. **PARA UMA SOCIOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS**. Editora da UnB, 1982[1911].
- NOVAIS, Fernando Antonio. **PORTUGAL E BRASIL NA CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL (1777-1808)**. São Paulo, Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. **COLLOR, A FALSIFICAÇÃO DA IRA**. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1992.
- PRÉBISCH, Raúl. **DESAROLLO ECONOMICO DE AMERICA LATINA Y ALGUNOS DE SUS PRINCIPALES PROBLEMAS**. Santiago do Chile, CEPAL, 1949.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. **Paralisia de decisão e comportamento legislativos: experiência brasileira 1959-1966**. São Paulo, Revista Administração de Empresas, volume 13, número 2, abril/junho de 1973.
- _____. **THE CALCULUS OF CONFLICT: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964**. Stanford University, tese de doutorado em ciência política, 1979.
- SARTORI, Giovanni. **PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS**. Rio de Janeiro/Brasília, Zahar/Editora UnB, 1982[1976].
- SINGER, Hans W. **ECONOMIC PROGRESS IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES**. Social Research: An International Quarterly of Political and Social Science 16, 1. 1-11, 1949.
- SINGER, Paul. **DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE: estrutura de classe e repartição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Jessé. **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SUBCIDADANIA: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.